

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.489.625 - RS (2019/0110642-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : COOPERATIVA DE CREDITO POUPANCA E INVESTIMENTO
DA ZONA SUL - SICREDI ZONA SUL RS
ADVOGADOS : MATIAS FLACH - RS045066
FABRICIO ZIR BOTHOME E OUTRO(S) - RS044277
AGRAVADO : CONSTRUTORA INCORPORADORA E IMOBILIARIA GREEN
HORSE LTDA.
AGRAVADO : IRAJA ANDARA RODRIGUES
ADVOGADO : RAFAELA RAMOS DE SOUZA AMARAL E OUTRO(S) - RS089880

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. DESNECESSIDADE DE REQUERIMENTO DA PARTE CONTRÁRIA. DISPOSIÇÃO LEGAL. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por COOPERATIVA DE CRÉDITO POUPANÇA E INVESTIMENTO DA ZONA SUL - SICREDI ZONA SUL RS contra decisão que não admitiu o recurso especial, fundado na alínea *a* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, que desafiou acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado (e-STJ, fl. 113):

APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO MONITÓRIA. PRESCRIÇÃO. AÇÃO MONITÓRIA. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO.

O prazo prescricional à pretensão monitoria fundada em cédula de crédito bancário rege-se pelo art. 206, §5º, I do CCB/02. - Circunstância dos autos em que se operou a prescrição; e se impõe a reforma da sentença para reconhecer extinta a obrigação.

RECURSO PROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 132-141).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 145-152), a recorrente apontou violação aos arts. 206, § 5º, I, do Código Civil de 2002; e 2º, 141 e 492 do Código de Processo Civil de 2015.

Sustentou, em síntese, que sua conta foi utilizada até o dia em que entrou

em prejuízo, ou seja, 27/08/2012, conforme ficou assentado na sentença.

Afirmou que, por não ter havido pedido de majoração dos honorários sucumbenciais no recurso de apelação, o julgamento teria sido *extra petita*.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 159-165).

Juízo de admissibilidade negativo (e-STJ, fls. 167-172).

Brevemente relatado, decido.

O Tribunal de origem, ao julgar o recurso de apelação, consignou o seguinte (e-STJ, fls. 122-123):

No caso dos autos, a parte sustenta que a ação monitoria esta fundada em título prescrito, conforme se depreende da cédula de crédito acostada aos autos, no item 2.5: "DATAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Em única parcela no vencimento desta cédula de crédito, em 10/05/2011"; que vencida a cédula que embasa a presente ação em 10/05/2011, e não havendo nenhum ato posterior a esta data para constituir o devedor em mora, e tampouco qualquer atitude por parte da embargada a fim de interromper a prescrição e, tendo em vista que cobrança de crédito é oriunda de cheque especial obedece a prescrição quinquenal, a prescrição se operou em 10/05/2016; que a ação monitoria esta fundada em título prescrito; que a petição inicial foi distribuída em 27/06/2017, ou seja, mais de um ano após ter ocorrido a prescrição, que se deu em 10/05/2016, desta forma, não deve prosperar a pretensão do embargado.

Destarte, a cédula de crédito bancário - cheque especial de fls. 12-15 tem como vencimento 10/05/2011; a ação foi ajuizada em 27/06/2017 quando operada a prescrição quinquenal; e não havendo a parte credora demandado no prazo prescricional impõe-se a reforma da sentença para declarar a prescrição.

Cabe ressaltar que os documentos referidos pela sentença (fls. 17-18) não são extratos da conta bancária para reconhecer a movimentação, mas sim os cálculos apresentados pela parte autora que procuram demonstrar a situação da dívida a partir de determinada data.

Dessarte, depreende-se que o Colegiado estadual julgou a lide com base no substrato fático-probatório dos autos (documentos constantes do processo). A revisão do julgado para verificar se o documento referido pela sentença (fls. 17-18 dos autos originais) seria extrato ou cálculo importa necessariamente no reexame de provas, o que é vedado em âmbito de recurso especial, ante o óbice do enunciado n. 7 da Súmula deste Tribunal.

Outrossim, o acórdão dos embargos de declaração, ao tratar dos honorários sucumbenciais, assim esclareceu (e-STJ, fls. 137-138):

A norma implica no redimensionamento daqueles fixados na decisão recorrida (decisão final anterior), independente de requerimento, observando-se os limites indicados no Código. A majoração prevista naquele § 11 não se confunde com os honorários que devem ser fixados quando o recurso é provido no todo ou em parte e se inverte ou redimensiona a sucumbência.

Dessa forma, o acórdão recorrido julgou acertadamente.

Destaco que a fixação dos honorários recursais não dependem de requerimento da parte beneficiada, ao contrário, são decorrentes de expresso comando legal previsto no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte recorrida em 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator